

## **O TRAFICO TRANSATLÂNTICO E A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA ESCRAVIZADA NO BRASIL COLÔNIA.**

Yeda Pessoa de Castro<sup>1</sup>

### **RESUMO:**

A questão fundamental para precisar a identificação dos milhões de indivíduos trazidos da África subsaariana em escravidão para o Brasil ao longo de três séculos consecutivos está na propalada falta da documentação oficial referente ao tráfico transatlântico, que sabemos ter sido destruída, como também de testemunhos outros quanto à origem étnica da massa escravizada àquela época. Se é verdadeiro que a língua substancia o espaço identitário de um povo, esses fatos não inviabilizam a investigação pertinente se essa for reorientada para as evidências reveladas pelo repertório linguístico de base africana que se encontram sob a forma de aportes lexicais correntes no português do Brasil, legitimadas por escritores brasileiros de várias épocas. Seus étimos prováveis ou precisos poderão descobrir suas línguas, logo, a origem dos seus falantes. Neste plano de entendimento, os dados de nossa pesquisa, alargados pela informação histórica existente quanto ao tráfico transatlântico, revelaram a predominância cultural e linguística do elemento banto, através de todos os ciclos de desenvolvimento econômico do território colonial brasileiro, em relação aos oesteafricanos, em menor número, mas igualmente significativos, localizados nas regiões de mineração e em atividades urbanas. No entanto é preciso notar que os termos banto e iorubá não fazem parte desta história.

**Palavras chaves:** Niger-Congo. Banto. Oesteafricano. Ciclos econômicos.

---

<sup>1</sup> Etnolingüista, Doutora (Ph.D ) em Línguas Africanas pela Universidade Nacional do Zaire, República Democrática do Congo, Consultora Técnica em Línguas Africanas do Museu da Língua Portuguesa na Estação da Luz em São Paulo, Membro da Academia de Letras da Bahia e consultora técnica na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) na Universidade do Estado da Bahia – UNEB / NGEALC.

## O tráfico transatlântico e sua distribuição geográfica no Brasil



Mapa etnolinguístico



Mapa político

De acordo com as especificidades de seus contingentes humanos, a África é um continente que engloba quatro grupos etnolinguísticos ou quatro famílias de povos e línguas respectivas: Afroasiático, Khoisan Nilo-Saariano e Níger-Congo. Dentre eles, os Khoi-Khoi e San, concentrados no deserto de Calaari (Kalahari), na Namíbia, não são negróides, o que demonstra o fato de que a África não é um continente negro, mas de população majoritariamente negra.

Do século XVI a XIX, o tráfico para o Brasil concentrou-se na região subsaariana em territórios da população nígero-congolesa (A,B) e trouxe para a antiga colônia portuguesa das Américas um contingente humano estimado em quatro milhões de indivíduos escravizados. Essa massa humana era proveniente de dois grandes e distintos territórios subsaarianos: a região do grupo banto (B) que se concentra na extensão sul abaixo da linha do equador, e a região de povos tipologicamente diferenciados, antes chamados de sudaneses, que se encontram no oesteafricano (A), ao longo da costa atlântica, em territórios menos extensos e mais densamente povoados, que vão do Senegal à Nigéria, incluindo Burkina-Fasso, antigo Alto Volta.

As evidências linguísticas, alargadas pela informação histórica existente quanto à direção do tráfico nos dois lados do Atlântico, revelaram a predominância do elemento banto em todos os ciclos de desenvolvimento econômico do território colonial brasileiro, em razão da densidade demográfica e amplitude geográfica alcançada pela sua distribuição humana ao longo de três séculos consecutivos. Dentre eles, os *bacongos*, falantes de *kikongo*, do Congo-Brazzaville, Congo-Kinshasa e norte de

Angola, numa área geográfica correspondente ao antigo reino do Congo, os *ambundos*, *falantes de Kimbundo*, na região central de Angola e Luanda, nos limites do antigo reino de Ndongo, os *ovimbundos* falantes *de umbundo*, corrente na região do antigo reino de Benguela no sudoeste de Angola.

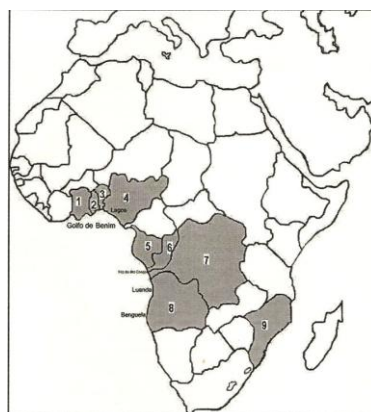


Mapa etnolinguístico de Angola

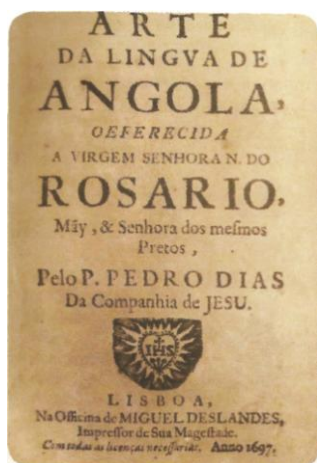
É preciso notar que essa relativa predominância pode ser decorrente da limitação das informações bibliográficas disponíveis até agora entre nós, o que determinou a concentração das pesquisas nas principais línguas faladas na costa atlântica do Congo e de Angola. Por sua vez, essas línguas podem ter sido as mais impressivas durante o regime escravocrata no Brasil, em consequência do número majoritário e/ou do prestígio sociológico nas senzalas e plantações de um certo grupo etnolinguístico ante vários outros (quiocos, libolos, jagas, anjicos, ganguelas etc.) trazidos do sertão pelos pombeiros ou negociados no outro lado do Atlântico (zulus, macuas, rongas, shonas, etc.) na antiga Contra-Costa, em Moçambique. O fato é que o povo banto ficou tradicionalmente denominado no Brasil por congos e angolas ou congo-angola simplesmente

#### Regiões de concentração do trafico

África Ocidental	Região Banto
1. Gana	5. Gabão
2. Togo	6. Congo Brazzaville
3. Benim	7. Congo Kinshasa
4. Nigéria	8. Angola
	9. Moçambique



## Quais as evidências documentais e linguísticas?



Trazidos para ocupação e desbravamento da terra, extração do pau Brasil e plantações de cana de açúcar, a presença do elemento banto foi tão marcante no Brasil no século XVII que, em 1697, é publicada, em Lisboa, *A Arte da língua de Angola*, do padre Pedro Dias. Trata-se da mais antiga gramática de uma língua banto. Foi escrita na cidade da Bahia para uso dos jesuítas, com o objetivo de facilitar a doutrinação dos “25.000 etíopes”, segundo Antônio Vieira, que se encontravam na cidade do Salvador sem falar português (Cf. Silva Neto 1963:82), mas, acreditamos nós, não necessariamente falando apenas quimbundo, desde quando poderiam ter sido embarcados em Luanda, mas trazidos de várias regiões de Angola. Situação semelhante deve ter ocorrido em Palmares, proporcionando o desenvolvimento de um falar de base congo-angola, a deduzir pelos títulos de seus líderes, Ganga Zumba, Zumbi, Dandara e dos seus aldeamentos (Osengo, Macaco, Andalaquituxe) (Ver Freitas 1973), e pelo próprio termo quilombo.

Nessa mesma época, o poeta Gregório de Matos e Guerra comprova a marca notável de tradições religiosas do mundo banto na Bahia ao satirizar o que ele chama de *mestres do cachimbo* liderando *calundus e feitiços em quilombos superlativos*. Esses *mestres do cachimbo* bem poderiam ser os *báculos angolanos ou pretos-velhos*, entidades que teriam vivido a escravidão no Brasil e que são muito populares nas celebrações das *umbandas*, espalhadas por todo o território brasileiro, nos *candomblés-de-caboclo* na Bahia, nos *carimbós* ou *catimbós* nos demais estados do nordeste e no norte do país, todas elas denominações de base lexical banto. Provavelmente essas celebrações são as mais antigas manifestações de religiosidade afrobrasileira nascidas na escravidão, resultado do encontro de tradições religiosas ameríndias e africanas de matriz banto com o cristianismo nos primórdios da colonização.

Testemunho atual desse fato é o sincretismo afroameríndio que se encontra nas manifestações religiosas e na linguagem ritual dos indígenas Fulniô, em Águas Belas,

no estado de Pernambuco, nordeste brasileiro (Ver Pinto 1956). Aqui, é necessário lembrar com Mattoso Câmara (1954:293) de que aquela *língua geral* que foi introduzida em zonas rurais no Brasil até meados do século XVIII por bandeirantes e catequistas *não deve ser confundida com uma suposta persistência dos falares tupis na sociedade europeia do meio americano*, e segundo Aryon Rodrigues (1990), já no século XVIII *não era nada mais do que um tupi-guarani simplificado devido a convivência com diversos povos e respectivas línguas*. Portanto, podemos concluir, não ficou isenta da participação do contingente de falantes africanos na sua construção. Tanto que, na segunda metade do século XIX, o lexema banto *milonga* foi registrado por Barbosa Rodrigues (1890: 14,132) imiscuído na língua geral com o significado de remédio, talismã, na estória *O jurupari e as Moças*, contada por uma índia munduruku na região do rio Canumã. O *dialeto caipira*, falado no interior de São Paulo, que foi estudado por Amadeu Amaral (1920) nas primeiras décadas do século XX, é considerado de base tupi-quimbundo por Gladstone Chaves de Melo (1946:62).

No século XVIII, em 1728, Nuno Marques Pereira em *Compêndio narrativo do peregrino da América*, descreve, também sob a denominação de *calundus baianos*, parte daquele corpus a que se referiu Gregório de Matos, no século anterior, provavelmente o mais antigo registro do que veio a se chamar mais tarde pelo nome genérico de *candomblé* na Bahia.

Do ponto de vista dos aportes lexicais de base banto, eles estão associados ao regime da escravidão (*senzala, mucama, bangüê*), enquanto a maioria deles está completamente integrada ao sistema linguístico do português, formando derivados portugueses a partir de uma mesma raiz banto (*esmolambado de molambo, dengoso de dengo, sambista de samba, xingamento de xingar, molequeira de moleque, forrozeiro de forró*), o que já demonstra uma antiguidade maior, ao considerarmos que a profundidade sincrônica revela uma antiguidade diacrônica. Em alguns casos, a palavra banto chega a substituir a palavra de sentido equivalente em português: *corcunda* por giba, *moringa* por bilha, *molambo* por trapo, *xingar* por insultar, *cochilar* por dormir, *caçula* por benjamim, *dendê* por óleo-de-palma, *bunda* por nádegas, *marimondo* por vespa, *carimbo* por sinete, *cachaça* por aguardente. Alguns já se encontram documentados na linguagem literária do século XVII, a exemplo de *calundu, cachimbo, quilombo*, da poesia satírica de Gregório de Matos e Guerra.

Entre os bantuisismos léxicos, merece destaque a palavra *caçula* em lugar de “benjamim” para dizer “filho mais jovem”, por ser a única conhecida e usada por todos os brasileiro sem consciência da sua origem africana, muito menos banto, fato que vem corroborar a tese da influência sociolinguística da mulher negra entre os escravos domésticos da família colonial brasileira, “os escravos de jó” da conhecida brincadeira infantil do nosso folclore (do kikongo “njó, jinjó”, casa e o conjunto dos seus moradores). Vale ainda lembrar que o *caçula* é sempre visto “como o denço da família” na voz africana de quem o criou. *Dengo*, também do kikongo, é sinônimo de *caçula*.

Nessa condição de escrava de jó, mães-pretas, babás e mucamas tiveram oportunidade de incorporar-se à vida cotidiana do colonizador, fazendo parte de situações realmente vividas e interferindo nos hábitos da família, a começar da criança, através de determinados mecanismos de natureza material e psicossocial. Entre eles, elementos de sua dieta nativa, *maxixes, jilós, andus, quiabos, morangas, fubá, moquecas* com sabor de *dendê* que se juntaram à cozinha portuguesa, bem como componentes simbólicos do seu universo cultural e emocional expressos em usos e costumes (*o cafuné, o denço, o cochilo, o calundu, o muxoxo*), seres fantasmagóricos (*tutu, mandu, sussu, quimbundo, zumbi*) que povoam os contos populares e cantigas de ninar, além de brincadeiras infantis tais como os *escravos de jó que jogavam caxangá, o tindolelê lalá* das cantigas de roda, e o poderoso esconjuro *pé-de-pato-mangalô três vezes*.

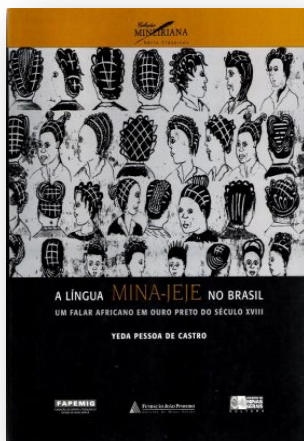
Outra evidência desta marcante presença banto, principalmente proveniente de Angola, são os falares afrobrasileiros que emergiram, no período colonial por necessidade de comunicação entre o colonizador português e negros escravizados, a exemplo da *língua de banguela*, de base umbundo, identificada por Aires da Matta Machado Filho, em 1948, no município de Diamantina, e a *língua do negro de Tabatinga*, registrada por Sonia Queiroz, em 1998, também em Minas Gerais

### **Os oestefricanos**

Ao encontro daquela gente banto já estabelecida nos núcleos coloniais em plantações e banguês, onde o único recurso de liberdade era fugir para aquilombar-se, também é registrada a presença de povos ewe-fon, cujo contingente foi aumentado em consequência da demanda crescente de mão-de-obra escravizada nos

garimpos das minas então descobertas em Minas Gerais, Goiás e Bahia, simultaneamente com a produção de tabaco na região do Recôncavo baiano.

Sua concentração, no século XVIII foi de tal ordem em Vila Rica que chegou a ser corrente entre a escravaria local um falar que identificamos de base ewe-fon, registrado em 1731/41 por Antônio da Costa Peixoto em *A obra nova da língua geral de mina*, só publicada em 1945, em Lisboa. Esse documento linguístico, o mais importante do tempo da escravidão no Brasil, era para ser utilizado como um instrumento de dominação, como o próprio autor confessa. Seu objetivo, fazer chegar ao conhecimento dos garimpeiros o vocabulário, frases e expressões correntes entre a população escrava local, a fim de que rebeliões, fugas, furtos e contrabandos pudessem ser a tempo reprimidos e abortados. Também Nina Rodrigues, ao findar do século XIX, teve oportunidade de registrar um pequeno vocabulário jeje-mahi (fon) de que ainda se lembravam de alguns dos seus falantes na cidade do Salvador (Ver Castro 2002).



Sob outro ponto de vista, os aportes culturais ewe-fon foram responsáveis pela configuração das religiões denominadas Tambor de Mina, no Maranhão, e pela estrutura conventual do modelo urbano jeje-nagô do candomblé da Bahia (Ver Lima 1974). Entre outras evidências, a orquestra cerimonial composta do trio de atabaques cerimoniais, *rum*, *rumpi*, *lé*, e do idiofone *gã*, o *barco* (grupo de iniciação), o *peji*

(altar), *o assento* (santuário), *o runcó* (quarto de iniciação), *o ajuntó* (espécie de anjo-da-guarda), *o decá* (ato público de transmissão de obrigações religiosas), *o panã* (cerimônia final de iniciação), entre outras denominações de inegável origem ewe-fon da sua configuração religiosa (Cf. CASTRO, 2001/05).

Ao findar do século XVIII até a primeira metade do século XIX quando o tráfico transatlântico foi declarado extinto, a cidade da Bahia passa a receber, em levas numerosas e sucessivas, um contingente de povos procedentes da Nigéria atual, em consequência das guerras interétnicas que ocorriam na região. Entre eles, a presença iorubá foi tão significativa que o termo nagô na Bahia começou a ser usado indiscriminadamente para designar qualquer indivíduo ou língua de origem africana no Brasil. Nina Rodrigues mesmo dá notícia de um “dialeto nagô”, que era falado pela população negra e mestiça da cidade do Salvador naquele momento e que ele não documentou, mas definiu como “uma espécie de *patois* abastardado do português e de várias línguas africanas”. Logo, não se tratava da língua iorubá (Cf. Rodrigues 1942, 261).

Já no século XIX, na última fase do tráfico transatlântico quando esse foi intensificado entre os portos da Bahia e da África Ocidental, Nina Rodrigues, na sua obra seminal *Os africanos no Brasil*, documenta uma dezena de palavras de cinco línguas faladas na região do golfo de Benim (*tapa, grunce, fulani, jeje-mahi, hauçá*) de que ainda se lembravam alguns de seus representantes na cidade do Salvador. Esses povos islamizados, embora ali numericamente minoritários, encontravam-se num centro urbano que lhes permitia uma relativa liberdade e facilitava suas relações interpessoais, numa condição favorável à promoção de revoltas que se sucederam nas primeiras décadas do século XIX, a princípio lideradas por hauçás, povos do grupo linguístico afro-asiático do norte da Nigéria. A mais importante de todas ocorreu em 1835 e ficou conhecida como Revolta dos Malês, palavra fon e iorubá para dizer muçulmano (Ver Reis 1988).

Devido a uma introdução tardia e à numerosa concentração dos seus falantes na cidade do Salvador, os aportes do iorubá são mais aparentes, especialmente porque são facilmente identificados pelos aspectos religiosos de sua cultura e pela popularidade dos seus orixás no Brasil (Iemanjá, Xangô, Oxum, Oxóssi, etc.). Por isso mesmo, a investigação sobre culturas africanas no Brasil tem sido baseada nos mais proeminentes



candomblés de tradição nagô-queto em Salvador, uma abordagem metodológica que vem sendo observada desde Nina Rodrigues e que terminou por desenvolver a tendência de interpretar os aportes africanos no Brasil através de uma óptica iorubá, mesmo quando não o são.

A partir destas informações, podemos configurar o seguinte quadro de línguas subsaarianas, logo de seus respectivos falantes, que foram documentadas no Brasil durante o período da escravidão, de acordo com a classificação proposta por Joseph Greenberg, em 1966.

<i>FAMÍLIA</i>	<i>GRUPO LINGÜÍSTICO</i>	<i>LÍNGUA</i>	<i>SÉCULO DE REGISTRO</i>	<i>CONCENTRAÇÃO E LOCALIZAÇÃO</i>	
<i>NÍGER-CONGO</i>	<i>BANTO</i>	<i>Congo-Angola</i>	<i>XVII a XIX</i>	<i>Bahia Minas Gerais Rio de Janeiro</i>	
	<i>OESTE AFRICANAS</i>	<i>KWA</i>	<i>Ewe-fon ou mina-jeje</i>	<i>XVIII</i>	<i>Zona de mineração Minas Gerais Zona fumageira Bahia</i>
			<i>Nagô-iorubá</i>	<i>XIX</i>	<i>Centro urbano – Salvador (Ba.)</i>
		<i>Tapa ou nupe</i>	<i>XIX</i>	<i>Centro urbano – Salvador (Ba.) – minoritária</i>	
		<i>ATLÂNTIC OOCIDENTAL</i>	<i>Fulani</i>	<i>XIX</i>	<i>Centro urbano – Salvador (Ba.) – minoritária</i>
	<i>GUR ou VOLTÁICO</i>	<i>Grunce</i>	<i>XIX</i>	<i>Centro urbano – Salvador (Ba.) – minoritária</i>	
<i>AFRO-ASIÁTICA</i>	<i>AFRO-ASIÁTICO</i>	<i>Hauçá</i>	<i>XIX</i>	<i>Centro urbano – Salvador (Ba.) – minoritária</i>	

## Esboço da distribuição territorial do negroafricano no Brasil

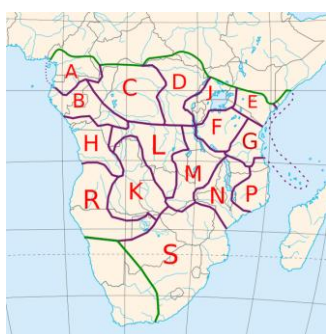


ATIVIDADE PRINCIPAL	SÉCULO DE INTRODUÇÃO MACIÇA			
	XVI	XVII	XVIII	XIX
Desbravamento Ocupação da terra Extrativismo Agricultura	B	B		
Mineração Agricultura		B/J	B/J	
Atividades urbanas e domésticas			B/J/N	B/J/N/H

## As denominações *banto* e *iorubá*.

O termo *bantu*, plural de *muntu*, com o significado de povo, foi proposto em 1862 por Wilhelm\_Bleek para a família linguística que descobrira ao estudar as línguas sulafricanas e avançou a hipótese do enorme número de línguas com características comuns terem tido origem numa única língua, denominada *protobantu*, falada, provavelmente, há quatro mil anos atrás. Só mais tarde é que o termo banto passou a ser usado pelos estudiosos de outras áreas para denominar 300.000.000 de indivíduos que se encontram em territórios compreendidos em toda a extensão abaixo da linha do equador, englobando a África Central, Meridional e Oriental.

Segundo o historiador Saburi Biobaku (1957), o termo *Yorubá* vem do árabe *yariba*, através dos hauçás, que assim denominava o vizinho povo de Oyó. Hoje, aplica-se a um grupo linguístico de vários milhões de indivíduos, que, além da língua comum, estão unidos por uma mesma cultura e tradição e que têm como centro a cidade de Ile-Ifé, considerada por eles como o Berço da Humanidade. Esta definição de Yorubá como um grupo etnolinguístico, foi primeiro divulgada pelo Reverendo Samuel Crowther, no *Vocabulary of the Yoruba Language*, publicado em 1852, porque, até então, se conheciam pela denominação dos seus respectivos grupos regionais: Ifés, Oyós, Ijexás, Ondos, etc.



Localização geográfica de povos do grupo banto



Localização geográfica do povo iorubá

No Brasil, o termo *iorubá* em lugar de *nagô*, passou a ser conhecido e generalizado inicialmente pelos acadêmicos a partir de 1961, quando foi oferecido o

primeiro curso dessa língua, sob a responsabilidade do nigeriano Ebenezer Lashebikan, no antigo CEAO, Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia.

Diante destes fatos, chegamos à conclusão de que *banto* e *iorubá* são termos contemporâneos na própria história da África, conseqüentemente, também não fizeram parte da nossa história colonial.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Amadeu (1920) – *O dialeto caipira*. São Paulo: Casa Editora O Livro.

BIOBAKU, Saburi (1957) – *The Egba and their neighbours: 1842-1872*. Oxford: Clarendon Press.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1954) – *Princípios de lingüística geral*, 2a. edição. Rio de Janeiro : Livraria Acadêmica.

CASTRO, Yeda Pessoa de (1980) - *Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia*. Salvador, Centro de Estudos Baianos/UFBA, nº 89.

CASTRO, Yeda Pessoa de (2002) – *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Coleção Mineiriana).

CASTRO, Yeda Pessoa de (2003) – *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks Editora.

GREENBERG, Joseph (1966) -*The languages of Africa*. Bloomington: Indiana University.

GUTHRIE, Malcolm (1948) - *The classification of the Bantu Languages*. London, Oxford University Press.

LIMA, Vivaldo da Costa (2003) - *A família-de-santo jeje-nagô nos candomblés da Bahia: um estudo de relações intragrupais*. Salvador: Corrupio.

MACHADO FILHO, Aires da Matta. **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. São Paulo: Editora Itatiaia/USP, 1948.

QUEIROZ, Sônia (1998). **Pé preto no barro branco**: a língua dos negros de Tabatinga. Belo Horizonte: EDUFMG , 1998.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1996) – *As línguas gerais sulamericanas*, em *Papia* 4:2: 6-18.

RODRIGUES, J. B. (1890) – *Poranduba Amazonense*. In: *Annaes da Bibliothec Nacional do Rio de Janeiro, 1886-1887*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, v. 14, p.132.

SILVA NETO, Serafim da (1963) - *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: INL/MEC.